



## **EDITAL 005/2026**

### **PREGÃO ELETRÔNICO 90005/2026**

**CONTRATANTE (UASG)** (927492)

**OBJETO:** FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS MÉDICOS HOSPITALARES.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** O ORÇAMENTO SERÁ SIGILOSO, CONFORME ART 24º, DA LEI FEDERAL 14.133/2021.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** Dia 17/06/2026 às 09:00h (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO POR ITEM

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO/FECHADO

**TRATAMENTO DIFERENCIADO ME/EPP/EQUIPARADAS:** ITEM EXCLUSIVO ME/EPP E EQUIPARADOS E ITEM PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO.



## SUMÁRIO

1. DO OBJETO<sup>3</sup>
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO<sup>3</sup>
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO<sup>4</sup>
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA<sup>6</sup>
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES<sup>7</sup>
6. DA FASE DE JULGAMENTO<sup>9</sup>
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO<sup>11</sup>
8. DOS RECURSOS<sup>13</sup>
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES<sup>14</sup>
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO<sup>16</sup>
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS<sup>16</sup>



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

**EDITAL 005/2026**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026**

(Processo administrativo n.º SEI VAS 020405/000315/2025)

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Vassouras, por meio do Agente de Contratação/Pregoeiro da Secretaria Municipal de Saúde, Portaria 068, de 18 de março de 2026, sediada à Praça Juiz Machado Júnior, 19 – Centro, Vassouras/RJ, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei Federal nº 14.133/2021](#) e os Decretos Municipais nº 5.526/2023, nº 5.567/2024 e nº 5.569/2024, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

- a) O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES**, caracterizando-se como fornecimento contínuo, em razão da necessidade permanente da Administração Pública para manutenção das atividades e atendimentos da rede de saúde, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- b) A licitação será realizada por itens, conforme especificações constantes no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- a) Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- b) O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- c) É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- d) A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- e) Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- f) Não poderão disputar esta licitação:
- 2.f.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

**2.f.2.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.f.3.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.f.4.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.f.5.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.f.6.** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.f.7.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

**2.f.8.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.f.9.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**g)** O impedimento de que trata o item 2.f.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**a)** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**b)** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**c)** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.a.1 e 7.j.1 deste Edital.

**d)** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.d.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

**3.d.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.d.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.d.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**e)** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**f)** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.f.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**3.f.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**g)** A falsidade da declaração de que trata os itens d) ou f) sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**h)** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**i)** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**j)** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**k)** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**3.k.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**3.k.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**l)** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**3.l.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**3.l.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

- m) O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item k) possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- n) Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- o) O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- a) O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 4.a.1. Valores unitário e total do item;
  - 4.a.2. Marca;
  - 4.a.3. Fabricante;
  - 4.a.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- b) Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- c) Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- d) Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- e) Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- f) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- g) Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- h) A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratuais, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- i) O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- j) Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- k) O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

**5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**a)** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**b)** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.b.1.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**5.b.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.b.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**c)** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**d)** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**e)** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**f)** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

**g)** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**h)** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**i)** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será ser de R\$ 0,01 (um centavo).

**j)** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**k)** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**l)** Para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto/fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**5.l.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de quinze.

**5.l.2.** Encerrado o prazo previsto, de que trata o subitem anterior, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

**5.l.3.** Encerrado o prazo previsto, de que trata o subitem 5.l.1, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.l.4.** Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem 5.l.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

**5.1.5.** Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 5.1.3 e 5.1.4, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

**5.1.6.** Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 5.1.3 e 5.1.4, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem 5.1.5.

**5.1.7.** Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 5.1.6.

**m)** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**n)** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**o)** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**p)** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**q)** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**r)** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**5.r.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.r.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.r.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.r.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**s)** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances)

**5.s.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:





Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

- 5.s.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.s.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.s.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.s.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.s.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
  - 5.s.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
  - 5.s.2.2.** empresas brasileiras;
  - 5.s.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 5.s.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

**t)** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

- 5.t.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.t.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.t.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.t.4.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.t.5.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**u)** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

**a)** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.f) do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); ou

c) Conforme certidão consolidada do Tribunal de Contas de União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**b)** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**c)** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

**6.c.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**6.c.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**6.c.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**d)** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**e)** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

**f)** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**g)** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**6.g.1.** conter vícios insanáveis;

**6.g.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**6.g.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.g.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.g.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**h)** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**6.h.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**6.h.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**6.h.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**i)** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**j)** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

**6.j.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**6.j.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**k)** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**l)** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**m)** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**n)** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**o)** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**p)** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**a)** Os documentos previstos no item 08 do Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.a.1.** **A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira deverão ser emitidas até o horário previsto para abertura do certame e serão solicitados ao licitante melhor classificado.**

**7.a.2.** **Os documentos de habilitação poderão ser substituídos pelo registro cadastral no SICAF, caso este contemple todos os documentos de habilitação.**

**b)** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**7.b.1.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**c)** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

**7.c.1.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**d)** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia enviada via sistema. Caso haja dúvidas em eventuais cópias, poderá ser solicitado o documento autenticado ou a apresentação do documento original.

**e)** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**f)** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**g)** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**h)** A habilitação poderá verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**7.h.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**i)** É de responsabilidade do licitante, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

**7.i.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

**j)** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.j.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, até a hora da abertura do certame.

**7.j.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**k)** A verificação no SICAF, ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**7.k.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

**7.k.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**l)** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

**7.l.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**7.l.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**m)** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**n)** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.j.1.

**o)** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**p)** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8. DOS RECURSOS**

**a)** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**b)** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**c)** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**8.c.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**8.c.2.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**8.c.3.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**d)** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**e)** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**f)** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**g)** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

- h) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- i) O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- a) Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**9.a.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**9.a.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**9.a.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**9.a.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**9.a.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**9.a.2.4.** deixar de apresentar amostra;

**9.a.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**9.a.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**9.a.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**9.a.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

**9.a.5.** fraudar a licitação

**9.a.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**9.a.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**9.a.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**9.a.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**9.a.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**9.a.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

- b) Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**9.b.1.** advertência;

**9.b.2.** multa;

**9.b.3.** impedimento de licitar e contratar e

**9.b.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

- c) Na aplicação das sanções serão considerados:

**9.c.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.

**9.c.2.** as peculiaridades do caso concreto

**9.c.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes

**9.c.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública





Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

- 9.c.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- d)** A multa será recolhida em percentual de até 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da comunicação oficial.
- 9.d.1.** Para as infrações previstas nos itens 9.a.1, 9.a.2 e 9.a.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.d.2.** Para as infrações previstas nos itens 9.a.4, 9.a.5, 9.a.6, 9.a.7 e 9.a.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- e)** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- f)** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- g)** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.a.1, 9.a.2 e 9.a.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- h)** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.a.4, 9.a.5, 9.a.6, 9.a.7 e 9.a.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.a.1, 9.a.2 e 9.a.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- i)** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.a.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- j)** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- k)** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- l)** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- m)** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

- n) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- a) Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- b) A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- c) A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo E-mail: [licitacaosaudevassouras@gmail.com](mailto:licitacaosaudevassouras@gmail.com).
- d) As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.  
**10.d.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- e) Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- a) Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- b) Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- c) Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- d) A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- e) As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- f) Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- g) Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- h) O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- i) **Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.**
- j) A Ata de Registro de Preços e eventuais Contratos serão encaminhados para o correio eletrônico da Licitante vencedora, para assinatura, e deverão ser reencaminhados para a Secretaria Municipal de Saúde. O reencaminhamento poderá acontecer das seguintes maneiras:

- j.I) Via SEDEX, para o endereço: Praça Juiz Machado Júnior, n.º 19, Centro, Vassouras/RJ ou  
j.II) Por Correio Eletrônico, a Ata de Registro de Preços, para o endereço eletrônico do Setor de Licitações: [licitacaosaudevassouras@gmail.com](mailto:licitacaosaudevassouras@gmail.com) e o contrato para o endereço eletrônico da Assessoria Consultiva: [assessoriaconsultivasms@gmail.com](mailto:assessoriaconsultivasms@gmail.com), desde que esteja assinado eletronicamente com certificado digital





Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

j.III) Seja qual for o meio do reencaminhamento do contrato, fica acordado entre as partes que este dar-se-á em até 03 (três) dias corridos, contados da data em que a Secretaria Municipal de Saúde encaminhar o documento.

- k) O órgão ou a entidade gerenciadora poderá formar cadastro de reserva pelos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do autor da melhor proposta, bem como aqueles que aceitarem manter sua proposta, conforme Decreto.
- l) A Nota de Empenho será encaminhada ao licitante vencedor por e-mail.
- m) Uma vez lavrada a Ata de Registro de Preços o ÓRGÃO GERENCIADOR e os ÓRGÃOS ADERENTES estarão aptos a proceder aos procedimentos para as respectivas contratações.
- n) O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.vassouras.rj.gov.br/>.
- o) Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
  - 11.o.1. ANEXO I - Termo de Referência
  - 11.o.2. ANEXO II – Modelo Proposta
  - 11.o.3. ANEXO III – Minuta Ata de Registro de Preços
  - 11.o.4. ANEXO III – Minuta Contrato
  - 11.o.5. ANEXO IV – Modelo Declaração Unificada

Vassouras, 22 de maio de 2026.

---

**Lília Marques Simões Rodrigues**  
**Secretária Municipal de Saúde**



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90005/2026**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1.** Aquisição de insumos médicos hospitalares, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
1	ABAIXADOR DE LÍNGUA (MADEIRA)	Abaixador língua, madeira, descartável, 14 cm, tipo espátula, embalagem com 100 unidades, 1,50 cm, 2 mm	423465	PCT	690
2	ABAIXADOR DE LÍNGUA (PLÁSTICO)	Abaixador Língua Material: Plástico Tipo: Descartável Comprimento: Cerca De 14 CM Formato: Tipo Espátula, Embalagem Individual Largura: Cerca De 1,50 CM Espessura: Cerca De 2 MM Pacote com 40 unidades.	431744	PCT	690
3	ÁGUA OXIGENADA VOL 10	Peróxido de hidrogênio (água oxigenada), 10 volumes	277319	LITRO	575
4	AGULHA 13 X 4,5	Agulha, hipodérmica, 13 x 4,5, corpo em aço inox siliconizado, bisel curto trifacetado, conector em plástico luer, protetor plástico, estéril, descartável, embalagem individual	439812	UNIDADE	149.500
5	AGULHA 20 X 0,55	Agulha, hipodérmica, 20 x 5,5, corpo em aço inox siliconizado, bisel curto trifacetado, conector em plástico luer, protetor plástico, estéril, descartável, embalagem individual	439811	UNIDADE	207.000
6	AGULHA 25 X 0,7	Agulha, hipodérmica, 25 x 7, corpo em aço inox siliconizado, bisel curto trifacetado, conector em plástico luer, protetor plástico, estéril, descartável, embalagem individual	439807	UNIDADE	230.000
7	AGULHA 30 X 0,7	Agulha Hipodérmica Material: Aço Inoxidável Siliconizado Dimensão: 22 G X 1 1/4" Tipo Ponta: Bisel Curto Trifacetado Tipo Conexão: Conector Luer Lock Ou Slip Em Plástico Tipo Fixação: Protetor Plástico Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual	439808	UNIDADE	69.000
8	AGULHA 30 X 0,8	Agulha, hipodérmica, 30 x 8, corpo em aço inox siliconizado, bisel curto trifacetado, conector em plástico luer, protetor plástico, estéril, descartável, embalagem individual	439805	UNIDADE	69.000
9	AGULHA 40 X 12	Agulha, hipodérmica, 40 x 12, corpo em aço inox siliconizado, bisel curto trifacetado, conector em plástico luer, protetor plástico, estéril, descartável, embalagem individual	439799	UNIDADE	46.000
10	ÁLCOOL 70%	Álcool antisséptico, antissepsia de feridas superficiais desinfetar superfícies, 70%, líquido	269941	LITRO	6.900
11	ÁLCOOL 92,8%	Álcool etílico, hidratado, 92,8%, líquido	390766	LITRO	1.725
12	ÁLCOOL GEL (REFIL 800 ML)	Álcool etílico, hidratado, 70%, com carbopol e glicerina, bag in box, com bico dosador, refil	273231	UNIDADE	3.450



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

13	ALGODÃO 250 gramas	Algodão, hidrófilo, alvejado, purificado, isento de impurezas, não estéril. Rolo com 250 gramas	628473	ROLO	1.380
14	ALGODÃO BOLA (PCT COM 100G)	Algodão, hidrófilo, em bolas, alvejado, purificado, isento de impurezas, não estéril pacote com 100 gramas	628475	PCT	2.300
15	ALMOTOLIA BRANCA	Frasco - tipo almotolia, em polietileno (plástico), bico reto, longo, estreito, com protetor, tampa em rosca, transparente, 125 ml, graduado em ml	361162	UNIDADE	690
16	ALMOTOLIA MARROM	Frasco - tipo almotolia, em polietileno (plástico), bico reto, longo, estreito, com protetor, tampa em rosca, âmbar, 120 ml, graduado em ml	279894	UNIDADE	690
17	APARELHO DE P.A. ANALÓGICO ADULTO	Esfigmomanômetro, analógico, aneróide, de braço, até 300 mmhg, braçadeira em nylon, fecho em velcro, adulto <b>com estetoscópio.</b>	432468	UNIDADE	403
18	APARELHO DE P.A. DIGITAL ADULTO	Automatico- oscilométrico- na cor branca-4 pilhas alcalinas aaa 1,5v- aproximadamente 1 minuto de leitura- 120 memórias	436498	UNIDADE	207
19	APARELHO DE PA OBESO	<b>APARELHO DE PA OBESO</b> Confeccionado com fecho em velcro, composto por manômetro com escala de 0 a 300 mm Hg, bolsa de ar, pêra e tubos conectores de borracha sem emendas, com válvula de metal, que permita tensão e esvaziamento de ar, braçadeira em tecido de nylon resistente e manguito em látex no tamanho obeso. <b>Com estetoscópio</b>	435624	UNIDADE	69
20	APARELHO NEBULIZADOR	Nebulizador, ultrassônico, de mesa, com interruptor liga/desliga, compressor c/ gabinete plástico, c/ no mínimo: máscara, extensor, frasco graduado- bivolt	435786	UNIDADE	92
21	APARELHO PA INFANTIL	Aparelho pa infantilBraçadeira em nylon com fechamento de contato.- braçadeira para circunferência de braço de 10 à 18 cm (1 à 7 anos).- manguito em pvc (látex free).- acompanha estojo para viagem.- verificado e aprovado pelo inmetro - selo do inmetro no produto.Itens da embalagem: - 1 manômetro (0-300 mmhg).- 1 braçadeira infantil - 10 à 18cm. (nylon com fechamento em velcro).- pêra e válvula de deflação; estojo com zíper.- <b>com estetoscópio.com registro Anvisa</b>	432474	UNIDADE	150
22	ATADURA CREPOM TAM. 12 CM (13 FIOS CM2) PACOTE COM 12 UNIDADES	Atadura, crepom, 100% algodão, 12 cm, 13 fios/cm², Comprimento Em Repouso: Rolo com Cerca De 1,8 Metros pacote com 12 Unidades	628397	DÚZIA	3.450
23	ATADURA CREPOM TAM. 15 CM (13 FIOS CM2) PACOTE COM 12 UNIDADES	Atadura, crepom, 100% algodão, 15 cm, cerca de 13 fios/cm², Comprimento Em Repouso: Rolo com Cerca De 1,8 Metros, Pacote com 12 unidades	628398	DÚZIA	3.450
24	ATADURA CREPOM TAM. 20 CM (13 FIOS CM2) PACOTE COM 12 UNIDADES	Atadura, crepom, 100% algodão, 20 cm, cerca de 13fios/cm², em repouso, rolo com cerca de 1,8 Metros Pacote com 12 Unidades	628399	DÚZIA	3.105
25	AVENTAL DESCARTÁVEL MANGA LONGA 40G - PACOTE COM 10 UNIDADES	Avental Descartável Manga Longa 40g - Pacote com 10 unidades Avental hospitalar, material :sms, tamanho : GG gramatura: cerca de 40 g,cm2, componente: tiras para fixação, característica adicional: manga longa, punho malha, impermeável, esterilidade : uso único, adicional: com barreira	604958	PCT	4.600



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

		bacteriana e viral. Pacote com 10 unidades			
26	AVENTAL GINECOLÓGICO	Avental hospitalar, sms, único, cerca de 20 g/cm2, tiras para fixação, manga longa, punho elástico, uso único- pacote com 10 unidades	604953	PCT	6900
27	BOBINA ECG TERMO SENSÍVEL 216MM X 30M	Largura 216mm, formato de bobina, extensão 30m, tipo de registro térmico, celulose de alta qualidade, milimetrado	461738	UNIDADE	460
28	BOTA SEGURANÇA	Bota segurança: material: pvc - cloreto de polivinila, material sola: borracha antiderrapante, cor: preta, tamanho: sob medida, tipo cano: curto, características adicionais: atóxica, aplicação: proteção contra solução química. sob medida conforme empenho	459894	PAR	58
29	CAPA DE MACA	Materia prima 100 polipropileno, não tecido tnt com elástico toda volta, embalagem com 10 unidades medindo 2,50M x 1Metro	481794	PCT	4.140
30	CATETER PERIFÉRICO (JELCO)14	Cateter periférico (jelco)Material cateter: polímero radiopacoAplicação: venosoMaterial agulha: agulha aço inoxDiâmetro: 14 gauComprimento: cerca 50 mmConector: conector padrãoComponente 1: câmara refluxo c/ filtroComponente 2: c/ sistema segurança segundo nr/32Tipo uso: estéril, descartável, embalagem individual	437175	UNIDADE	5.750
31	CATETER PERIFÉRICO (JELCO)16	Cateter periférico material cateter: polímero radiopaco aplicação: venoso material agulha: agulha aço inox diâmetro: 16 gau comprimento: cerca 50 mm conector: conector padrão componente 1: câmara refluxo c/ filtro componente 2: c/ sistema segurança segundo nr/32 tipo uso: estéril, descartável, embalagem individual	437176	UNIDADE	5.750
32	CATETER PERIFÉRICO (JELCO)18	Cateter periférico material cateter: polímero radiopaco aplicação: venoso material agulha: agulha aço inox diâmetro: 18 gau comprimento: cerca 45 mm conector: conector padrão componente 1: câmara refluxo c/ filtro componente 2: c/ sistema segurança segundo nr/32 tipo uso: estéril, descartável, embalagem individual	437177	UNIDADE	11.500
33	CATETER PERIFÉRICO (JELCO)20	Cateter periférico (jelco) material cateter: polímero radiopaco aplicação: venoso material agulha: agulha aço inox diâmetro: 20 gau comprimento: cerca 30 mm conector: conector padrão componente 1: câmara refluxo c/ filtro componente 2: c/ sistema segurança segundo nr/32 tipo uso: estéril, descartável, embalagem individual	437178	UNIDADE	11.500
34	CATETER PERIFÉRICO (JELCO)22	Cateter periférico (jelco)Material cateter: polímero radiopacoAplicação: venosoMaterial agulha: agulha aço inoxDiâmetro: 22 gauComprimento: cerca 25 mmConector: conector	437179	UNIDADE	13.800



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

		padrãoComponente 1: câmara refluxo c/ filtroComponente 2: c/ sistema segurança segundo nr/32Tipo uso: estéril, descartável, embalagem individual			
35	CATETER PERIFÉRICO (JELCO)24	Cateter periférico (jelco) material cateter: polímero radiopaco aplicação: venoso material agulha: agulha aço inox diâmetro: 24 gau comprimento: cerca 20 mm conector: conector padrão componente 1: câmara refluxo c/ filtro componente 2: c/ sistema segurança segundo nr/32 tipo uso: estéril, descartável, embalagem individual	437180	UNIDADE	11.500
36	CATETER PERIFÉRICO(ESCALPE) 19	Cateter periférico aplicação: venoso modelo: tipo escalpe material agulha: agulha aço inox diâmetro: 19 gau componente adicional: c/ asa de fixação, tubo extensor conector: conector padrão c/ tampa componente 2: c/ sistema segurança segundo nr/32 tipo uso: estéril, descartável, embalagem individual	437164	UNIDADE	13.800
37	CATETER PERIFÉRICO(ESCALPE) 21	Cateter periféricoAplicação: venosoModelo: tipo escalpeMaterial agulha: agulha aço inoxDiâmetro: 21 gauComponente adicional: c/ asa de fixação, tubo extensorConector: conector padrão c/ tampaComponente 2: c/ sistema segurança segundo nr/32Tipo uso: estéril, descartável, embalagem individual	437166	UNIDADE	13.800
38	CATETER PERIFÉRICO(ESCALPE) 23	Cateter periférico aplicação: venoso modelo: tipo escalpe material agulha: agulha aço inox diâmetro: 23 gau componente adicional: c/ asa de fixação, tubo extensor conector: conector padrão c/ tampa componente 2: c/ sistema segurança segundo nr/32 tipo uso: estéril, descartável, embalagem individual	437167	UNIDADE	11.500
39	CATETER PERIFÉRICO(ESCALPE) 25	Cateter periférico aplicação: venoso modelo: tipo escalpe material agulha: agulha aço inox diâmetro: 25 gau componente adicional: c/ asa de fixação, tubo extensor conector: conector padrão c/ tampa componente 2: c/ sistema segurança segundo nr/32 tipo uso: estéril, descartável, embalagem individual	437165	UNIDADE	9.200
40	CATETER PERIFÉRICO(ESCALPE) 27	Cateter periférico aplicação: venoso modelo: tipo escalpe material agulha: agulha aço inox diâmetro: 27 gau componente adicional: c/ asa de fixação, tubo extensor conector: conector padrão c/ tampa componente 2: c/ sistema segurança segundo nr/32	437187	UNIDADE	9.200



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

		tipo uso: estéril, descartável, embalagem individual			
41	CLOREXIDINE 2% (FRASCO C/100ML)	Clorexidina 2% com tensoativos, antiséptico tópico, antisepsia da pele no pré e pós operatório	444051	FRASCO	1.150
42	CLOREXIDINE 4% (FRASCO C/100ML)	Digliconato de clorexidina 4% com tensoativos	269877	FRASCO	920
43	COLETOR DE PERFUROCORTANTE (7 LITROS)	Fabricado em papelão ondulado; alça dupla para transporte; trava de segurança em todos os tamanhos; disponível apenas na cor amarelo; descartável e de uso único.	623117	UNIDADE	3.450
44	COLETOR PERFUROCORTANTE(13 LITROS)	Fabricado em papelão ondulado; alça dupla para transporte; trava de segurança em todos os tamanhos; disponível apenas na cor amarelo; descartável e de uso único.	623118	UNIDADE	3.450
45	COMPRESSA DE GAZE	Compressa gaze, tecido 100% algodão, 9 fios/cm2, cor branca, isenta de impurezas, 8 camadas, 7,50 cm, 7,50 cm, 5 dobras, descartável, pacote contendo 500 unidades	269973	PCT	13.800
46	COMPRESSA DE GAZE ESTÉRIL, PCT C/ 10 UNIDADES	Compressa gaze, tecido 100% algodão, 9 fios/cm2, cor branca, isenta de impurezas, 8 camadas, 7,50 cm, 7,50 cm, 5 dobras, estéril, descartável, contendo 10 unidades cada pacote.	622298	PCT	69.000
47	COPOS UMIDIFICADOR DE OXIGÊNIO	Copos Umidificador de Oxigênio: Material gasoterapia, modelo: umidificador, saída: p, oxigênio, tipo frasco: frasco plástico graduado, c, tampa, volume: cerca de 250 ml, característica adicional: conector metal c, rosca, esterilidade : esterilizável	435413	UNIDADE	345
48	ESPARADRAPO 10CM X 4,5M	Tipo: Esparadrapo ImpermeávelMaterial Dorso: 100% AlgodãoTipo De Adesivo: Sintético, HipoalergênicoLargura Da Fita: Cerca De 100 MmCor: C/ CorApresentação: Rolo C/ Capa ProtetoraEsterilidade: Não Estéril	631778	ROLO	1.783
49	EXTENSOR OXIGÊNIO	Extensor OxigênioMaterial gasoterapia, saída: p, oxigênio, tipo extensão: extensor em pvc c, conectores, comprimento extensão: cerca de 1,5 m, esterilidade : estéril, embalagem: embalagem individual	458441	UNIDADE	1.150
50	FITA CREPE ADESIVA- USO HOSPITALAR	Material Dorso: Papel CrepadoTipo De Adesivo: C/ Látex NaturalDimensão ( L X C ): Cerca De 16 Mm X 50 MCor: C/ Co-rEsterilidade: Não Estéril	631802	ROLO	2.300
51	FITA DE AUTO CLAVE 19 MMX30M	FITA DE AUTO CLAVE 19 mmx30m Confeccionada com dorso de papel crepado à base de celulose Recebe, em uma de suas faces, massa adesiva à base de borracha natural, óxido de zinco e resinas e, na outra face, uma fina camada impermeabilizante de resina acrílica.	340859	ROLO	1.725
52	GARROTE	Em latexcirurgico, diametro8 x 4mm, rolo com 15 metros	459104	ROLO	12
53	GEL DE ULTRASSOM (FRASCO COM 100ML)	Polimerocarboxivinílico, imidazolidil, ureia, metilparabeno, 2 amino, 2 metil, 1 propanol (amp) e água deionizada.	475840	FRASCO	1.150
54	GEL DE ULTRASSOM (FRASCO COM 250 ML)	Gel condutor, ultrassonografia, simples ou doppler, ph neutro, água purificada, propilenoglicol, neutralizante, polimerocarboxivinílico, corante e conservante a base de isotiazolinona. Frasco 250 gramas tipo almotolia	438929	FRASCO	1.150
55	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1%	À base de hipoclorito de sódio 1% de cloro ativo estabilizado(10.000 ppm). Possui ação bactericida, atuando como elemento	457797	LITRO	4.600





Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

		oxidativo em cadeias protéicas de microorganismos.			
56	LÂMINA DE BISTURI Nº 22	Lâmina bisturi, aço carbono, nº 22, descartável, estéril, embalada individualmente	313630	UNIDADE	23.000
57	KIT DE NEBULIZAÇÃO ADULTO	Conjunto nebulização, máscara, adulto, reservatório, flexível, siliconizada, 1,20cm, uso individual, mangueira com plug de encaixe, desmontável e atóxico	473659	KIT	230
58	KIT DE NEBULIZAÇÃO INFANTIL	Conjunto nebulização, máscara, infantil, reservatório flexível, siliconizada, 1,20cm, , uso individual,, mangueira com plug de encaixe, desmontável e atóxico	472673	KIT	230
59	LÂMINA DE BISTURI Nº 21	Lâmina bisturi, aço carbono, nº 21, descartável, estéril, embalada individualmente	273179	UNIDADE	23.000
60	LENÇOL DESCARTÁVEL	Lençol descartável, papel, 0.70 m, 50 m, rolo	481791	ROLO	920
61	LOÇÃO OLEOSA	Loção oleosa para prevenção de escaras, feridas e dermatites.	281657	FRASCO	2.300
62	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL TAM. 6.5	Luva cirúrgica, látex natural, 6,5, estéril, comprimento mínimo de 28cm, lubrificada c/ pó bioabsorvível, atóxica, descartável, anatômico, conforme norma abnt c/ abertura asséptica. CAIXA COM 50 PARES	620101	CAIXA	460
63	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL TAM. 7.0	Luva cirúrgica, látex natural, 7,0 estéril, comprimento mínimo de 28cm, lubrificada c/ pó bioabsorvível, atóxica, descartável, anatômico, conforme norma abnt c/ abertura asséptica. CAIXA COM 50 PARES	620102	CAIXA	460
64	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL TAM. 7.5	Luva cirúrgica, látex natural, 7,5, estéril, comprimento mínimo de 28cm, lubrificada c/ pó bioabsorvível, atóxica, descartável, anatômico, conforme norma abnt c/ abertura asséptica. CAIXA COM 50 PARES	620103	CAIXA	575
65	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL TAM. 8.0	Luva cirúrgica, látex natural, 8, estéril, comprimento mínimo de 28cm, lubrificada c/ pó bioabsorvível, atóxica, descartável, anatômico, conforme norma abnt c/ abertura asséptica. CAIXA COM 50 PARES	620104	CAIXA	460
66	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL TAM. 8.5	Luva cirúrgica, látex natural, 8,5, estéril, comprimento mínimo de 28cm, lubrificada c/ pó bioabsorvível, atóxica, descartável, anatômico, conforme norma abnt c/ abertura asséptica. CAIXA COM 50 PARES	620105	CAIXA	345
67	LUVA DE PROCEDIMENTO TAM. M	Luva para procedimento não cirúrgico, látex natural íntegro e uniforme, médio, lubrificada com pó bioabsorvível, descartável, atóxica, ambidestra, descartável, formato anatômico, resistente à tração. CX C/ 100 UNID.	619850	CAIXA	3.450
68	LUVA NITRILICA TAMANHO G	Luva Nitrilica Tamanho G Comprimento: 30cm Uso: Descartável Formato: Ambidestro Acabamento interno: Sem Talco/ Clorinado Punho: Virola Embalagem: Display com 50 unidades. HIPOALERGÊNICA - 100% nitrílica. Livre de proteínas do látex ÓTIMA SENSIBILIDADE TÁTIL COM	619825	CAIXA	2.300



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

		RESISTÊNCIA QUÍMICA - Aumento de produtividade DESCARTÁVEIS E AMBIDESTRAS ÓTIMA ADERÊNCIA - Com palma ou ponta dos dedos texturizadas. PROTEÇÃO DO USUÁRIO E DO PRODUTO			
69	LUVA NITRILICA TAMANHO M	Luva Nitrilica Tamanho M Comprimento: 30cm Uso: Descartável Formato: Ambidestro Acabamento interno: Sem Talco/ Clorinado Punho: Virola Embalagem: Display com 50 unidades. HIPOALERGÊNICA - 100% nitrilica. Livre de proteínas do látex ÓTIMA SENSIBILIDADE TÁTIL COM RESISTÊNCIA QUÍMICA - Aumento de produtividade DESCARTÁVEIS E AMBIDESTRAS ÓTIMA ADERÊNCIA - Com palma ou ponta dos dedos texturizadas. PROTEÇÃO DO USUÁRIO E DO PRODUTO	619824	CAIXA	2.300
70	LUVA NITRILICA TAMANHO P	Luva Nitrilica Tamanho P Comprimento: 30cm Uso: Descartável Formato: Ambidestro Acabamento interno: Sem Talco/ Clorinado Punho: Virola Embalagem: Display com 50 unidades. HIPOALERGÊNICA - 100% nitrilica. Livre de proteínas do látex ÓTIMA SENSIBILIDADE TÁTIL COM RESISTÊNCIA QUÍMICA - Aumento de produtividade DESCARTÁVEIS E AMBIDESTRAS ÓTIMA ADERÊNCIA - Com palma ou ponta dos dedos texturizadas. PROTEÇÃO DO USUÁRIO E DO PRODUTO	619823	CAIXA	2.300
71	LUVA PROCEDIMENTO TAM. EXP	Luva para procedimento não cirúrgico, látex natural íntegro e uniforme, extra pequeno, lubrificada com pó bioabsorvível, descartável, atóxica, ambidestra, descartável, formato anatômico, resistente à tração. CAIXA COM 100 PARES	619856	CAIXA	3.450
72	LUVA PROCEDIMENTO TAM. G	Luva para procedimento não cirúrgico, látex natural íntegro e uniforme, grande, lubrificada com pó bioabsorvível, descartável, atóxica, ambidestra, descartável, formato anatômico, resistente à tração. CAIXA COM 100 PARES	619859	CAIXA	3.450
73	LUVA PROCEDIMENTO TAM. P	Luva para procedimento não cirúrgico, látex natural íntegro e uniforme, pequeno, lubrificada com pó bioabsorvível, descartável, atóxica, ambidestra, descartável, formato anatômico, resistente à tração. CAIXA COM 100 PARES	619857	CAIXA	3.450
74	MACACÃO DE SEGURANÇA IMPERMEÁVEL	Macacão de Segurança impermeável: Confeccionado de acordo com as exigências ANVISA BPF (Boas Práticas de Fabricação) e ABNT NBR 16064 - 2012 Confeccionado em Não Tecido Laminado Respirável com uma face absorvente e a outra impermeável, 100% polietileno e 50 polipropileno, cor branca, gramatura de 50g; Processo adesivado que permite a ventilação interior;	420075	UNIDADE	2.300





Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

		Mangas longas, punho em lastex, lapela cobrindo toda extensão do zíper terminando no pescoço com dois botões, capuz com contorno de lastex a toda volta, calça com fechamento em lastex na perna; Atóxico, hipoalergênico; Resistente a tração, ao rasgo e permeável ao ar. De uso Único - Pronto para Uso.			
75	MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL	Máscara cirúrgica, não tecido, 3 camadas, pregas horizontais, atóxica, com elástico p/ fixação, clip nasal embutido, hipoalérgica, descartável CAIXA COM 50 UNIDADES	485312	CAIXA	6.900
76	MASCARA N95;	Mascara N95; Possui 6 camadas de proteção; Com clip nasal; Formato anatômico; Contém 02 tiras de elástico para fixação; Sem válvula; Produzido em TNT; Não estéril; Disponível na cor azul; Fácil manuseio e colocação; Confortável; Aprovada pelo Ministério do Trabalho (CA) e Inmetro; Pff2 ANVISA	485530	UNIDADE	23.000
77	MICROPORE 50MM X 10M	Tipo: Microporosa Material Dorso Tecido Tipo De Adesivo: Sintético, Hipoalérgico Largura Da Fita: Cerca De 50MM: À Base De Tecido Não x 10 M Apresentação: Rolo C/ Capa Protetora Esterilidade: Não Estéril	631735	ROLO	2.875
78	ÓCULOS DE PROTEÇÃO	Óculos de proteção Óculos de segurança com lente de policarbonato que é resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos como: fragmentos de madeira, ferro, respingos de produtos ácidos, cáusticos, entre outros. Proteção contra raios UVA e UVB. Apoio nasal e Proteção lateral no mesmo material da lente. Haste tipo espátula com ajuste de comprimento adaptando-se ao rosto do usuário. Armação preta e hastes reguláveis. Abas laterais oferecendo maior Proteção ao usuário.	450515	UNIDADE	690
79	OXÍMETRO DIGITAL MEDIDOR DE SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO NO SANGUE	Oxímetro de Digital Medidor de Saturação de Oxigênio no Sangue Visor em tecnologia OLED, melhor visualização em qualquer condição de luminosidade Informa Saturação (spo2) e Frequência Cardíaca Curva Plestimográfica Capa protetora em Silicone e Estojo para armazenamento 2 pilhas AAA inclusos	441991	UNIDADE	345
80	PAPEL FILME, MATERIAL: PVC	Papel filme, material: pvc, cloreto de polivinila, comprimento: 1000 m, largura: 60 cm, apresentação: bobina, aplicação: restaurante, espessura: 11 micra	334090	ROLO	46
81	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 100MM X 100M	Papel grau cirúrgico tubular para seladora 100MM x 100 M, para autoclave a vapor e eto, sem pin-holes e de porosidade controlada, com indicadores químicos para vapor e eto que mudam de cor diferenciando os pro produtos já processados. Outra face com filme	442484	ROLO	69



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

		termoplástico bilaminado de polietileno e polipropileno, colorido para facilitar a visualização da selagem. Com registro da ANVISA.			
82	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 150MM X 100M	Papel grau cirúrgico tubular para seladora 150MM x 100 M, para autoclave a vapor e eto, sem pin-holes e de porosidade controlada, com indicadores químicos para vapor e eto que mudam de cor diferenciando os pro produtos já processados. Outra face com filme termoplástico bilaminado de polietileno e polipropileno, colorido para facilitar a visualização da selagem. Com registro da ANVISA.	443438	ROLO	69
83	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 300MM X 100M	Papel grau cirúrgico tubular para seladora 300MM x 100M, para autoclave a vapor e eto, sem pin-holes e de porosidade controlada, com indicadores químicos para vapor e eto que mudam de cor diferenciando os pro produtos já processados. Outra face com filme termoplástico bilaminado de polietileno e polipropileno, colorido para facilitar a visualização da selagem. Com registro da ANVISA.	442485	ROLO	23
84	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 500MM X 100M	Papel grau cirúrgico tubular para seladora 500MM x 100M, para autoclave a vapor e eto, sem pin-holes e de porosidade controlada, com indicadores químicos para vapor e eto que mudam de cor diferenciando os pro produtos já processados. Outra face com filme termoplástico bilaminado de polietileno e polipropileno, colorido para facilitar a visualização da selagem. Com registro da ANVISA.	442486	ROLO	18
85	PAPEL TOALHA	ASPECTO BRANCO, INTERFOLHADO, 20CM x 21CM PACOTE COM 1000 FOLHAS 100% CELULOSE	436328	PCT	11.500
86	POVIDINE DEGERMANTE (FRASCO C/100ML)	A base de povinilpirrolidona (pvp-i) em solução degermante, contendo 1% de iodo ativo. Frasco de 100ml	398705	FRASCO	575
87	POVIDINE TÓPICO (FRASCO 100ML)	Anti-septico para curativos em geral, uso adulto e infantil. polivinilpirrolidona- ativo. Anti-sespsiade peles e mucosas, curativos.	398706	FRASCO	575
88	PROTETOR FACIAL DESCARTÁVEL	Protetor Facial descartável Duplo lado antiembaçante, lente não refletiva com o tamanho: 33x24cm. Banda de espuma hipoalergênica pode absorver o suor e fornecer espaço suficiente para óculos ou óculos de proteção. Design de espuma para maior conforto. Banda soldado dá a proteção de face maior resistência e confiabilidade. Disponível em elástico. Leve e confortável de usar, rápido e fácil de vestir. Excelente proteção contra a contaminação potencial de patógenos sanguíneos, fluidos corporais, ou respingos de produtos químicos prejudiciais.	467181	UNIDADE	460
89	ROLOS DE PANO DESCARTÁVEL DE LIMPEZA	Rolos de Pano descartável de Limpeza Alta absorção de líquidos; Rolo de 300 metros picotado a cada 50 cm. (600 panos tamanho 28 X 50 Cm cada folha).	449806	UNIDADE	460



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

90	SABONETE LÍQUIDO (REFIL 800ML)	Sabonete líquido, bag in box Físico: Cremoso Aplicação: Saboneteira Para Sabonete Líquido Características Adicionais: Refil 800 MI Para Dispenser Aroma: Erva-Doce	405155	Refil	3.450
91	SABONETEIRA	SABONETEIRA PARA refildispenser higienizador, material: plástico abs, capacidade: 800 ml, tipo fixação: parede, cor: branca, aplicação: mãos, características adicionais: visor frontal para álcool gel ou sabonete líquido	404651	UNIDADE	345
92	SACO LIXO HOSPITALAR 100L BRANCO	Saco plástico lixo, 100 l, branca, peça única, 75 cm, 105 cm, leitoso, 3 micra, símbolo de substância infectante, hospitalar, embalagem com 100 unidades	397680	UNIDADE	17.250
93	SACO LIXO HOSPITALAR 60L BRANCO	Saco Plástico Lixo Capacidade: 60 L Cor: Branco Leitoso Características Adicionais: Com Simbologia De Substância Infectante Normas Técnicas: Nbr 7500, Nbr9191 Material: Polietileno	375949	UNIDADE	17.250
94	SACO LIXO HOSPITALAR 30 LITROS BRANCO	Saco plástico lixo, 30 l, branco leitoso, 59 cm, 62 cm, com solda contínua, 7 micra, coleta de resíduos de serviços de saúde embalagem com 100 unidades	353775	UNIDADE	17.250
95	SERINGA DESCARTÁVEL 10ML (LUER LOCK)	Seringa Material: Polipropileno Capacidade: 10 ML Tipo Bico: Bico Central LuerLock Tipo Vedação: Êmbolo De Borracha Adicional: Graduada, Numerada Esterilidade: Estéril, Descartável Apresentação: Embalagem Individual	439626	UNIDADE	69.000
96	SERINGA DESCARTÁVEL 10ML (LUER SLIP)	Seringa Material: Polipropileno Capacidade: 10 ML Tipo Bico: Bico Central LuerSlip Tipo Vedação: Êmbolo De Borracha Adicional: Graduada, Numerada Esterilidade: Estéril, Descartável Apresentação: Embalagem Individual	439626	UNIDADE	69.000
97	SERINGA DESCARTÁVEL 20ML (LUER LOCK)	Seringa, polipropileno transparente, 20 ml, êmbolo c/ ponteira de borracha siliconizada, graduada de 1 em 1ml, numerada de 5 em 5ml, sem agulha, descartável,estéril, graduação legível e firmeTipo Bico: Bico Central LuerLock	439627	UNIDADE	57.500
98	SERINGA DESCARTÁVEL TUBERCULINA 1ML (LUER SLIP)	Material: Polipropileno Capacidade: 1 MLTipo Bico: Bico Central LuerLock Ou Slip Tipo Vedação: Êmbolo De Borracha Adicional: Graduada (Escala MI ), Nume- rada Esterilidade: Estéril, Descartável Apresentação: Embalagem V C Individual Com Agulha 0,8 x 30 MM (21 G ¼)	623732	UNIDADE	20.000
99	SERINGA DESCARTÁVEL 3ML (LUER LOCK)	Seringa, polipropileno transparente, 3 ml, êmbolo c/ ponteira de borracha siliconizada, graduada de 0,1 em 0,1ml, numerada de 0,5 em 0,5ml, sem agulha, descartável,estéril, graduação legível e firmeTipo Bico: Bico Central LuerLock	439625	UNIDADE	172.500
100	SERINGA DESCARTÁVEL 3ML (LUER SLIP)	Seringa Material: Polipropileno Capacidade: 3 ML Tipo Bico: Bico Central LuerSlip Tipo Vedação: Êmbolo De Borracha Adicional: Graduada, Numerada Esterilidade: Estéril, Descartável Apresentação: Embalagem Individual	439625	UNIDADE	172.500



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

101	SERINGA DESCARTÁVEL 5ML (LUER LOCK)	Seringa, polipropileno transparente, 5 ml, êmbolo c/ ponteira de borracha siliconizada, graduada de 0,2 em 0,2ml, numerada de 1 em 1ml, sem agulha, descartável, estéril, graduação legível e firme Tipo Bico: Bico Central LuerLock	439624	UNIDADE	92.000
102	SERINGA DESCARTÁVEL 5ML (LUER SLIP)	Seringa Material: Polipropileno Capacidade: 5 ML Tipo Bico: Bico Central LuerSlip Tipo Vedação: Êmbolo De Borracha Adicional: Graduada, Numerada Esterilidade: Estéril, Descartável Apresentação: Embalagem Individual	439624	UNIDADE	92.000
103	SUPORTE DE COLETOR PERFUROCORTANTE 13L	Suporte Material: Metal Aplicação: Coletor De Perfurocortante Características Adicionais: Coletor De 13 Litros	431085	UNIDADE	92
104	SUPORTE DE COLETOR PERFUROCORTANTE 7L	Suporte Material: Metal Aplicação: Coletor De Perfurocortante Características Adicionais: Coletor De 7 Litros	477927	UNIDADE	92
105	SUPORTE DE PAPEL TOALHA	DISPENSER DE PAPEL TOALHA, material: plástico abs, cor: branca, características adicionais: fixação por bucha e parafusos, dimensões: 32 x 27 x 14 cm.	469569	UNIDADE	345
106	TERMÔMETRO DIGITAL	Termômetro clínico, digital, até 45°C, uso axilar e oral, c/ alarmes, memória última medição, embalagem individual Incluso bateria.	435801	UNIDADE	230
107	TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO	Tipo: Termovisor Faixa Medição Temperatura: -10° A 250 °C Elemento Expansão: Infravermelho Material: Plástico Características Adicionais: Alarme De Temperatura E Câmera Visual Precisão: +/- 2 °C Incluso pilhas	469390	UNIDADE	230
108	TOUCA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL	Touca descartável uso hospitalar, não tecido 100% polipropileno, com elástico em toda volta, com cor, cerca de 20 g/m2, único, descartável, hipoalergênica, atóxica, inodora, unissex, pacote com 100 unidades	428620	PCT	690
109	VÁLVULA REGULADORA CILINDRO OXIGÊNIO COM FLUXÔMETRO EMBUTIDO	Válvula Reguladora Cilindro Oxigênio com Fluxômetro Embutido; Válvula Reguladora para Cilindro de Oxigênio com Fluxômetro Embutido. Escala de pressão do manômetro: 0 à 31,5 mpa (0 à 315Kg/cm²); Corpo em latão cromado; Conexões de entrada e saída em latão cromado; Saída do gás calibrado: 3,5 + 0,3Kg/cm²; Conexões de entrada e saída conforme normas ABNT. Garantia: Contra Defeito de Fabricação.	454893	UNIDADE	100
110	VASELINA LÍQUIDA USO HOSPITALAR	Vaselina líquida 100% apresentação 1 litro	431301	LITRO	345
111	VASELINA SÓLIDA USO HOSPITALAR	Vaselina sólida apresentação 500 grs	332983	POTE	230
112	EQUIPO DE INFUSÃO VENOSA GRAVITACIONAL (MACROGOTAS)	Equipo De Infusão Venosa Gravitacional Material: Pvc Transparente Câmara Gotejamento: Macrogotas, Flexível, C/ Respiro E Filtro Regulador De Fluxo Manual: Pinça Rolete	609464	UNIDADE	23.000



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

		Comprimento Tubo: Até 180 Cm Tipo Injetor Lateral: C/ 1 Injetor, Uso S/ Aguilha Conector Paciente: Luer Adicional: C/ Clamp Esterilidade: Estéril, Uso Único Tipo Embalagem: Individual			
113	EQUIPO DE INFUSÃO VENOSA GRAVITACIONAL (MICROGOTAS)	Equipo De Infusão Venosa Gravitacional Material: Pvc Transparente Volume Bureta: Bureta Cerca De 150 ML Características Bureta: Graduada, C/ Alça, Respiro, Injetor E Filtro Câmara Gotejamento: Microgotas, Flexível, C/ Filtro Regulador De Fluxo Manual: Pinça Rolete Comprimento Tubo: Até 180 Cm Tipo Injetor Lateral: C/ 1 Injetor, Uso S/ Aguilha Conector Paciente: Luer Adicional: C/ Clamp Esterilidade: Estéril, Uso Único Tipo Embalagem: Individual	609711	UNIDADE	575
114	FRASCO COLETOR UNIVERSAL 80ML	Frasco Coletor Tipo: Universal Material: Plástico Transparente Capacidade: Cerca De 80 ML Tipo Tampa: Tampa Rosqueável Graduação: Graduado Esterilidade: Estéril, uso único. Embalagem individual.	439115	UNIDADE	57.500
115	EXTENSOR MULTIVIAS	Extensor Infusão Vascular Vias: 2 Vias Material: Polímero Comprimento: Cerca 20 CM Calibre: Cerca 10 FRENCH Tipo Conexão: LuerLock / Slip / Valvulado Pressão Máxima: Até Cerca De 100 PSI Componente Adicional: C/ Clamp Tipo Uso: Estéril, Uso Único	466646	UNIDADE	11.500
116	CATETER OXIGENOTERAPIA (TIPO ÓCULOS)	Cateter Oxigenoterapia Material Tubo: Plástico Atóxico Tipo: Flexível, Ponta Arredondada, Tipo Óculos Tipo Uso: Descartável Esterilidade: Estéril Características Adicionais: Embalagem Individual Tipo Adaptador: C/ Adaptador Para Tubo De Látex	281420	UNIDADE	11.500
117	BOBINA ECG TERMOSENSÍVEL 80MM X 20M	Papel Para Impressão - Uso Hospitalar Material: Termossensível Modelo: Milimetrado Dimensões: Cerca 80 MM Apresentação: Bobina Compatibilidade: Compatibilidade C/ Equipamento	438059	UNIDADE	1000
118	COMPRESSA DE GAZE (TIPO QUEIJO)	Compressa Gaze Material: Tecido 100% Algodão Tipo: Tipo Queijo Camadas: 8 Camadas Quantidade Fios: 11 Fios/Cm <sup>2</sup> Largura: 91 CM Comprimento: 91 M Dobras: 4 Dobras Características Adicionais: Embalagem Plástica Individual	317779	UNIDADE	1.150
119	BOBINA ECG TERMOSENSÍVEL 48MM X 30M	Papel Para Impressão - Uso Hospitalar Material: Termossensível Modelo: Milimetrado Dimensões: 48 MM	438057	UNIDADE	138



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

		Apresentação: Bobina 30 M Compatibilidade: Compatibilidade C/ Equipamento			
--	--	---	--	--	--

- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme o art. 3º do Decreto nº 5.186/2022.
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que fique comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Este Termo de Referência visa tratar a necessidade de manter o abastecimento das unidades de saúde com materiais de natureza médico hospitalar.
- 2.2. Considerando o art. 196 da Constituição da República, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção e recuperação;
- 2.3. Considerando o art. 2º da Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990, que enuncia que a saúde é um direito fundamental do ser humano devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício;
- 2.4. Considerando as demandas anuais de insumos de comum uso entre todos os setores;
- 2.5. Considerando que as Atas de Registro de Preço do processo administrativo anterior, nº 657/2024, Pregão Eletrônico SRP Nº 90025/24, estão chegando ao fim de sua vigência;
- 2.6. Considerando que a aquisição destes itens visa suprir às necessidades do Departamento de Atenção Básica/SMS (ESF's), Residência Terapêutica I, Residência Terapêutica II, CAPS, CAPS I, SAMU, Policlínica, VISA, Dengue, IST'S, CAF, Polo Diabético e demais setores desta Secretaria;
- 2.7. Considerando eventos especiais, como campanhas de vacinação e/ou prevenção de possíveis epidemias, como a Dengue, Zika e chikungunya, e ainda Febre amarela;
- 2.8. Considerando que a falta destes materiais compromete o abastecimento das Unidades de Saúde e consequentemente, os atendimentos realizados e oferecidos à população;
- 2.9. Considerando que o Almoxarifado Central trabalha com um controle de estoque para suprir as carências e demandas no decorrer do ano vigente;
- 2.10. Dito isso, torna-se indispensável à aquisição do objeto para suprir as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Vassouras/RJ.
- 2.11. Consta em nosso plano de contratação anual (PCA) o referido material Médico Hospitalar. O Plano de Contratações Anual – PCA, instituído pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e regulamentado no âmbito do Município de Vassouras, por meio do Decreto nº 5.527, de 09 de novembro de 2023, é um importante instrumento de gestão, atuando como uma ferramenta de planejamento que tem por objetivo nortear e racionalizar as compras públicas, realizando o mapeamento através da unificação dos itens de interesse comum.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. As aquisições da instituição em atendimento ao dispositivo legal são realizadas visando garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
- 3.2. O objetivo desta Licitação é garantir a continuidade no atendimento diário à população, com todos os insumos médico-hospitalares necessários para suprir as demandas mensais das Unidades de Saúde do Município de Vassouras/RJ. Dito isso, o modelo que deverá ser adotado é o Pregão Eletrônico por sistema de registro de preços.
- 3.3. Uma Ata de Registro de Preços confere ao Município a segurança de, dentro da vigência da mesma, não sofrer com desabastecimentos por falta de estoque, uma vez que o material está garantido pela Ata quando for necessário.





Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

- 3.4. Devido às características da contratação e por se tratar de material de consumo, não há necessidade de manutenção e de assistência técnica.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Os produtos referentes a esta contratação deverão ser entregues pelo fornecedor, de acordo com as especificações definidas em edital, sendo que o fornecedor deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues.

##### **Padrões Mínimos de Qualidade e Desempenho**

- 4.2. Registro na vigente na ANVISA: Garante a segurança e a eficácia dos insumos, atestando sua conformidade com os requisitos regulatórios brasileiros.
- 4.3. Conformidade com normas técnicas: Assegura a qualidade, a segurança e a confiabilidade dos insumos, garantindo seu desempenho adequado.
- 4.4. Validade mínima de 24 meses a contar da data da entrega: Protege a Secretaria Municipal de Saúde contra problemas com os insumos e garante a qualidade dos serviços prestados.
- 4.5. O tempo entre a data de fabricação e a data da entrega do insumo não deve ser superior há 06 (seis) meses, garantindo assim, um material com boa vida útil.

##### **Sustentabilidade**

- 4.6. Em consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, segue abaixo os critérios que se aplicam aos itens presentes nesta contratação. Para os critérios de sustentabilidade devem ser considerados os produtos fornecidos em embalagens de materiais reutilizável, reciclável ou biodegradável, sempre que possível, produzidos sem utilização de trabalho escravo ou infantil e com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais.

##### **Da exigência de amostra**

- 4.7. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar poderá ser solicitado para apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.
- 4.8. As amostras deverão ser entregues no endereço Travessa Fernando Pedrosa Fernandes, nº 117, Santa Amália, Vassouras/RJ, 27.700-000, no prazo limite de até 05 (dias) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.
- 4.9. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes do fim do prazo.
- 4.10. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.
- 4.11. Serão avaliados se os itens ofertados atendem toda a descrição do Termo de Referência.
- 4.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 4.13. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.
- 4.14. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 4.15. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 4.16. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

##### **Subcontratação**

- 4.17. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

**Garantia da contratação**

- 4.18.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas:
- 4.18.1.** Não há complexidade e vultuosidade na presente contratação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;
- 4.18.2.** À onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação;
- 4.18.3.** A exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo do certame.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**Condições de Entrega**

- 5.1.** O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias corridos, contados do envio da Nota de Empenho.
- 5.2.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05(cinco) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3.** Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Travessa Fernando Pedrosa Fernandes, nº 117, Santa Amália, Vassouras-RJ, 27.700-000.

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

- 6.1.** O contrato, ou instrumento equivalente, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.6.** A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) indicados, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 6.7.** Nos termos dos Artigos 6º, XXIII, f) e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, serão designados os servidores responsáveis pelo planejamento desta contratação, conforme estabelecido no Estudo Técnico Preliminar, para gerir, acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens contratados, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;
- 6.8.** O Fiscal de Contrato serão responsáveis para representar a Secretaria Municipal de Saúde perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização, controle e aceite, segundo o art. 3 da Portaria Nº 43 de 08 de Março de 2024.
- 6.8.1.** Será confeccionada a Portaria designa os servidores que serão fiscais de contrato pela Secretaria Municipal de Saúde;
- 6.8.2.** Responsáveis pelas fiscalizações:
- 6.8.2.1.** Josimar Barbosa Souza – Mat.: 110187-0 – como Gestor
- 6.8.2.2.** Livia Aparecida da Silva –Mat: 110437-3 – como Fiscal
- 6.8.3.** O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a





Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º; Decreto 5.529 de 2023, art. 11, §1º)

- 6.8.4.** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. (Decreto 5.529 de 2023, art. 12, §1º)
- 6.8.5.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência. Lei 14.133 de 2021, art. 117, § 2º)
- 6.8.6.** O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual. (Lei 14.133 de 2021, art. 117, § 3º)
- 6.9.** O gestor de contrato, será indicado pela secretária da pasta para desempenhar tal função, com atribuições administrativas e função de administrar o contrato, seguindo o art. 10 do Decreto 5.529 de 2023.
- 6.10.** Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 6.10.1.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.10.2.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 6.10.3.** As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da CONTRATANTE encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito, sob pena da aplicação das medidas legais cabíveis;
- 6.10.4.** O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente à Administração Pública ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;
- 6.10.5.** Cabe a fiscalização exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;
- 6.10.6.** A CONTRATADA se submeterá as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização;
- 6.10.7.** Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo CONTRATANTE;
- 6.10.8.** A fiscalização comunicará a instâncias superiores qualquer infração cometida pela CONTRATADA, mediante parecer técnico fundamentado, a fim de que as medidas legais cabíveis possam ser aplicadas;
- 6.10.9.** Identificada qualquer irregularidade, deverá o fiscal do contrato dar ciência ao gestor nos casos em que não tenham sido regularizadas, a fim de que sejam tomadas as medidas necessárias quanto à aplicação das sanções previstas;
- 6.10.10.** Nos termos do Art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais nela empregados;

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento do Objeto**

- 7.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 15(quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**Liquidação**

- 7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.
  - 7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
  - 7.9.1. o prazo de validade;
  - 7.9.2. a data da emissão;
  - 7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;
  - 7.9.5. o valor a pagar; e
  - 7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

- 7.15.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.16.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SI-CAF.

**Prazo de pagamento**

- 7.17.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

**Forma de pagamento**

- 7.18.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.19.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.20.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.20.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.21.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**Reajuste**

- 7.22.** O reajuste de preços obedecerá ao disposto na Lei nº 14.133/21, utilizando-se como índice o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
- 7.23.** A periodicidade para o cálculo do reajuste é anual e terá como data-base vinculada à data do orçamento estimado, e poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.
- 7.24.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.25.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.26.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.27.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será adotado, o uso do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).
- 7.28.** O reajuste será realizado por apostilamento.
- 7.29.** Caberá à Coordenação responsável acompanhar o prazo de resposta de eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico: [almoxarifadovassouras.sms@hotmail.com](mailto:almoxarifadovassouras.sms@hotmail.com).
- 7.30.** A Coordenação responsável, ao receber o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, deverá encaminhá-lo, imediatamente, ao setor de protocolo da Secretaria Municipal de Saúde, para abertura do processo administrativo e demais providências que se fizerem necessárias.



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

- 7.31. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, serão analisados e respondidos em até 30 (trinta) dias úteis, prorrogáveis por igual período.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, através do sistema de Registro de Preços, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com Lei 14.133/2021 art. 82 e Decreto municipal 5.569/2024 que regulamenta o sistema de registro de preços.

### Exigências de habilitação

- 8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

- 8.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- 8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- 8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes do estado, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.15. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

- 8.16.** Caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio de apresentação da certidão acima que deverá ser acompanhada de certidão da Procuradoria Geral do Estado com relação a débitos inscritos em Dívida Ativa (PG5);
- 8.17.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.18.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

- 8.19.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

**Qualificação Técnica**

- 8.20.** Comprovação da Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE), emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do licitante;
- 8.21.** Para os produtos que não são registrados e sim cadastrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) esta condição deverá ser comprovada através da dispensa de registro publicado no DOU;
- 8.22.** No caso de Isenção de Registro no Ministério da Saúde (MS), o fabricante/distribuidor deverá apresentar declaração do MS desobrigando a efetivar o referido registro no MS do produto;
- 8.23.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.24.** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 8.25.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.26.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 9.1.** O orçamento será sigiloso, conforme art. 24º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 9.2.** As vantagens do orçamento sigiloso são inúmeras, dentre elas pontuamos as seguintes:
- 9.2.1.** Busca diminuir a assimetria de informações entre a administração e o licitante e, dentre podemos citar:
- 9.2.2.** Estimula os licitantes a apresentarem propostas reais de preços, de acordo com os seus custos efetivos;
- 9.2.3.** Dificulta a participação de empresas sem expertise, com menor capacidade de planejamento ou responsabilidade técnica na confecção das propostas; busca fazer com que os licitantes apresentem suas melhores propostas;
- 9.2.4.** Fomenta a negociação;
- 9.2.5.** Busca evitar o conluio nas licitações, ou seja, tem por escopo principal selecionar a proposta mais vantajosa para a administração.



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

**10.2.** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão	Função	Subfunção	Programa	Ação	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
Fundo Municipal de Saúde	10	301	44	2.197.000	1600/1621/1635	3.3.90.30.00.00.00
	Saúde	Atenção Básica	Atenção Básica	Manutenção das Atividades de Atenção Básica	Transferências. do SUS –FNS/FES (custeio), Royalties	Material de Consumo

## 11. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Em observância ao art. 11, IV da Lei nº 14.133/2021, que lista como um dos objetivos do processo licitatório o incentivo a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável:

- Produção:**  
Materiais – embalagens com material reciclável, biodegradável, atóxico.  
Modo de produção - sem utilização de trabalho escravo ou infantil, com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais.
- Distribuição:** Embalagens compactas.
- Uso:** Produtos que não desperdice água, que levem à conscientização ambiental, com a possibilidade de reciclagem da embalagem.
- Destinação Final:** Produtos com embalagens recicláveis, biodegradáveis, atóxicos, com possibilidade para o reuso.

### 11.1 Logística Reversa

A logística reversa será aplicada no caso citado no item 3.2 “c” e 5.5.1 deste Termo de Referência: *“Caso não tenha os itens com validade igual ou superior a 12 meses para entrega, deverá enviar uma carta de comprometimento pela reposição dos mesmos e informar no documento que será responsável pelo recolhimento e incineração dos produtos a serem trocados, não utilizados decorrentes da validade inferior ao estipulado, sem ônus para o município.”*

## 12. DA PUBLICIDADE

**12.1** O contrato oriundo deste instrumento será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no site oficial da Prefeitura.

**12.2** A CONTRATADA deverá declarar para os devidos fins que está ciente que a íntegra do contrato, bem como de eventual Termo Aditivo, será publicado no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Vassouras e que tal publicação não fere nenhum dispositivo da Lei





### **13. DA LEI ANTICORRUPÇÃO**

**13.1** As partes deverão observar todas as disposições das regras anticorrupção em vigor no Brasil, em especial, as previsões da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), do Decreto Federal nº 8.420/2015.

**13.1.1** As partes deverão se comprometer também a se absterem de praticar quaisquer atividades que constituam violação às disposições das normas anticorrupção e das demais disposições referentes à matéria.

**13.1.2** As partes, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como por seus sócios, deverão conduzir suas práticas, durante a execução do contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.

**13.1.3** Para a execução do contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto do contrato, ou de forma não relacionada ao mesmo ou direcionar negócios que violem as regras anticorrupção, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

**13.1.4** Na assinatura do contrato, as partes deverão declarar que:

- (a) não violaram, violam ou violarão as regras anticorrupção;
- (b) têm a ciência de que qualquer atividade que viole as regras anticorrupção é proibida; e
- (c) declaram conhecer as consequências possíveis de tal violação.

**13.1.5** Qualquer descumprimento das regras de integridade mencionadas acima ensejará a resolução imediata do contrato, apenas por meio de notificação extrajudicial, sem prejuízo de eventual pagamento de indenização por perdas e danos.



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90005/2026

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS- SMS

Prezado Sr. Pregoeiro

Atendendo a consulta formulada através do Pregão Eletrônico nº 90005/2026, eventual **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS MÉDICOS HOSPITALARES**, referente ao Processo administrativo n.º SEI VAS 020405/000315/2025, apresento-lhe a Proposta para o objeto descrito na planilha abaixo, **para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Vassouras/RJ**, nas condições abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Marca	R\$ Unitário	R\$ Total
1	XXXXXXXXXX	UNI	X			

1. Cotamos para o objeto em licitação o valor abaixo:

R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

2) O Prazo de Validade da presente Proposta é de 60 (sessenta) dias.

3) **Informações Complementares:**

a) **Dados da Proponente:**

I - Razão Social: \_\_\_\_\_;

II - CNPJ: \_\_\_\_\_ Insc. Est.: \_\_\_\_\_;

III - Insc. Municipal: \_\_\_\_\_;

IV - Endereço: \_\_\_\_\_;

V - Telefones: \_\_\_\_\_ VI - Correio Eletrônico: \_\_\_\_\_;

VII- Banco: \_\_\_\_\_; Agência/nº.: \_\_\_\_\_; Conta-Corrente nº.: \_\_\_\_\_;

b) **Dados do representante legal**, que assinará o termo de contrato, conforme consta no contrato social ou na procuração:

I - Nome: \_\_\_\_\_;

II - Nacionalidade: \_\_\_\_\_;

III - Estado Civil: \_\_\_\_\_;

IV - Profissão: \_\_\_\_\_;

V - RG nº: \_\_\_\_\_ Órgão Exp.: \_\_\_\_\_;

Data de Emissão: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_;

VI - CPF: \_\_\_\_\_;

VII - Correio eletrônico para envio do Contrato: \_\_\_\_\_;

(local) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do representante legal)

Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_





**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90005/2026**

**ANEXO III**

**MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90005/2026**

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VASSOURAS/RJ, inscrita no CNPJ: 11.216.262/0001-04, com sede na Praça Juiz Machado Jr, 19 – Centro, Vassouras/RJ, CEP: 27700-000, na cidade de Vassouras/RJ, na qualidade e ora designado ÓRGÃO GERENCIADOR, representado neste ato pela Ordenadora de Despesa, Lília Marques Simões Rodrigues, Secretária Municipal de Saúde, nomeada pela Portaria nº 003 de 05 de janeiro de 2026, publicada no Diário Oficial em 05 de janeiro de 2026, portadora da matrícula funcional nº 302.295-1, e considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº 90005/2026, Processo administrativo n.º SEI VAS 020405/000315/2025, **RESOLVE** registrar os preços da empresa \_\_\_\_\_, situada à \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, E-mail: \_\_\_\_\_, Telefone: \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, daqui por diante denominada **FORNECEDOR**, representada neste ato por \_\_\_\_\_, cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF \_\_\_\_\_ de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 5.569/24, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

a. A presente Ata tem por objeto o **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS MÉDICOS HOSPITALARES**, especificado no Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 005/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.**

a. A presente Ata tem por objeto a **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS MÉDICOS HOSPITALARES** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de Vassouras/RJ, de acordo com as especificações, quantitativos e condições definidas no termo de Referência, pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme as especificações contidas no Edital; Termo de referência – **Anexo I** do Edital e Proposta Realinhada do referido Pregão Eletrônico, transcritas abaixo

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	R\$ Unitário	Marca
1	XXXXXXXXXX	UNI	X		

**3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

- a. O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão)....
- b. {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

**4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

a. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

4.a.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.a.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.a.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

b. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.b.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

c. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

d. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

e. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### **Dos limites para as adesões**

f. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

g. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

h. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

#### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA.**

a. O prazo de vigência da ata de registro de preços é de 01 (um) ano, contados a partir da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Município – DOM, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. No ato de prorrogação, os quantitativos poderão ser renovados, conforme Art. 84 da Lei 14.133 de 2021 e artigo 16 caput, e § 2º do Decreto Municipal Nº 5.569/24.

5.a.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.a.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

b. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.b.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.a.1 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

- c. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- d. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.d.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;
- 5.d.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.d.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.d.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.d.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- e. O registro a que se refere o item 5.d.2. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- f. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- g. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.d.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.g.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e
- 5.g.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- h. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- i. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.i.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- j. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- k. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item g, observando o item d. e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- l. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.d.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
- 5.l.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.l.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

m. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

a. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.a.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.a.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.a.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.a.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.a.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

a. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.a.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.a.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.a.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.a.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

b. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.b.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.b.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.a, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

7.b.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 7.a.2.

7.b.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.d, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.b.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item b e no item 7.b.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.b.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

a. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

b. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.b.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.b.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

c. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

d. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no § 1º do art. 2 do Decreto nº 5.569/24.

e. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

f. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

g. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item c, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

a. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.a.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.a.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.a.3. Conforme inciso IV do Art. 27 do Decreto Municipal 5.569/24; ou

9.a.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.a.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

- b. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item a será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- c. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- d. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.d.1. Por razão de interesse público;
- 9.d.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.d.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 23, inciso II, do Decreto Municipal nº 5.569/24.

## 10. DAS PENALIDADES

- a. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.
- 10.a.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- b. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 3º, inc. IV, do Decreto nº 5.569/24).
- c. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 10.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

- a. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do *EDITAL*
- b. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) via, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes*

Vassouras, xx de xxxxxx de 2026

---

**Pregoeiro**

---

**SMS Vassouras/RJ**

---

**EMPRESA**  
**Representante Legal**

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:





**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90005/2026**

**ANEXO IV**

**Minuta do Contrato 0xx/2026**

Termo de Contrato que entre si celebram, de um lado, **O MUNICÍPIO DE VASSOURAS**, como **CONTRATANTE** e a **EMPRESA** **xxxxxxxxxxxxxx**, como **CONTRATADA**, com fulcro na Lei 14.133/21, na forma abaixo:

**O MUNICÍPIO DE VASSOURAS/RJ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n.º 32.412.819/0001-52, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrita no CNPJ n.º 11.216.262/0001-04, com sede na Praça Juiz Machado Júnior, n.º 19, Centro, Vassouras/RJ, neste ato representada pela Ordenadora de Despesas, Sr.<sup>a</sup> ..., nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da cédula de identidade n.º ..., inscrita no CPF n.º ..., domiciliada no endereço sobredito, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa..., inscrita no CNPJ n.º ..., com sede na ..., neste ato representada por ..., nacionalidade, estado civil, profissão, portador da cédula de identidade n.º ..., inscrito no CPF n.º ..., domiciliado no endereço supramencionado, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato administrativo, vinculado ao Edital licitatório advindo do Processo administrativo n.º SEI VAS 020405/000315/2025, que se regerá pelas normas da Lei Federal n.º 14.133/21, bem como pelas cláusulas e condições abaixo.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

- a. O objeto do presente instrumento é a **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS MÉDICOS HOSPITALARES**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- b. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
1					
...					

- c. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- i. O Termo de Referência;
  - ii. O Edital da Licitação;
  - iii. A Proposta do contratado;
  - iv. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- d. A garantia dos produtos, quando cabível, deverá ser prestada conforme estipulada pelos fabricantes, não sendo inferior ao período de 24 meses.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- a. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) ....., na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- b. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- i. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
- c. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- d. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- e. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.



**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

a. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, vinculado a este Contrato.

**4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

a. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

a. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

b. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

c. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

a. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

a. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 19/03/2026.

b. O reajuste de preços obedecerá ao disposto na Lei nº 14.133/21, utilizando-se como índice o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e na falta deste será utilizado o INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, à contar da data do orçamento estimativo.

c. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

d. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

e. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

f. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

g. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

h. O reajuste será realizado por apostilamento.

i. Caberá à Coordenação responsável acompanhar o prazo de resposta de eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

j. A Coordenação responsável, ao receber o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, deverá encaminhá-lo, imediatamente, ao setor de protocolo da Secretaria Municipal de Saúde, para abertura do processo administrativo e demais providências que se fizerem necessárias.

k. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro deverão ser encaminhados ao e-mail do Setor de Almoxarifado: almoxarifadovassouras.sms@hotmail.com, os quais serão analisados e respondidos em até 30 (trinta) dias úteis, prorrogáveis por igual período;

**8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

- c) Comunicar ao Contratado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através dos fiscais de contrato;
- e) Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;
- f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, incluindo encargos tributários e trabalhistas, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- g) Designar funcionário, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento contratual, bem como para aprovar a execução do objeto, exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato;
- h) Exigir do Contratado, sempre que necessário, a comprovação da manutenção das condições de habilitação e de qualificação exigidas no procedimento de contratação;
- i) Anotar em registro próprio e notificar o Contratado sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento contratual, para fins de correção dentro do prazo estabelecido.

**9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- a. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, neste contrato e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência e neste contrato;
- c. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 18 a 25, da Lei Federal n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor);;
- d. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência e neste contrato, o objeto que apresentar avarias ou defeitos;
- e. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- f. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante; Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que nas dependências dos estabelecimentos de saúde.
- g. O CONTRATADO é responsável pela mão de obra, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e deslocamento de pessoal.
- h. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz (art. 92, XVII, da Lei n.º 14.133/2021).
- i. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- j. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na Licitação.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO (art. 7.º e 117)**

- a) Para fins de acompanhamento e fiscalização da execução deste contrato, conforme determina o artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, fica investido da responsabilidade a servidora \_\_\_\_\_, matrícula: \_\_\_\_\_, podendo ser substituído por outro fiscal nomeado oportunamente, a gestão do contrato ficará à cargo da servidora \_\_\_\_\_, matrícula: \_\_\_\_\_, podendo ser substituído por outro fiscal nomeado oportunamente



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

- b) A fiscalização, exercida no interesse exclusivo da Administração, não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica em corresponsabilidade da Administração ou dos seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional apuradas na forma da legislação vigente.
- c) A Contratante reserva-se o direito de alterar o agente fiscalizador no decorrer do Contrato, ocasião esta em que a Contratada será notificada.
- d) A Contratada se sujeitará à inspeção do objeto contratual, e aceitará os métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização da Contratante, obrigando-se a fornecer todos os dados, relação de pessoal, elementos, esclarecimentos e comunicações julgadas necessárias à execução do objeto.
- e) Ao Fiscal do contrato compete, dentre outras atribuições:

10.e.1. Acompanhar, fiscalizar e exigir da Contratada o exato cumprimento dos termos e condições previstas no edital licitatório e respectivo Contrato, inclusive quanto às obrigações acessórias;

10.e.2. Prestar à Contratada as orientações e esclarecimentos necessários à execução do objeto, inclusive as de ordem técnica;

10.e.3 Anotar em registro próprio eventual intercorrência operacional, as medidas adotadas para a respectiva solução, bem como as orientações, esclarecimentos e solicitações efetuadas à Contratada;

10.e.4 Encaminhar ao superior imediato eventual relato circunstanciado de todos os fatos e ocorrências que caracterizem atraso ou descumprimento de obrigações assumidas e que sujeitam a Contratada às multas ou sanções previstas, discriminando em memória de cálculo, se for o caso, os valores das multas aplicáveis;

10.e.5. Efetuar o recebimento provisório e, se for o caso, adotar imediatamente as medidas operacionais e administrativas necessárias à ciência da Contratada para que proceda à retificação ou substituição do objeto entregue em desacordo com este instrumento e aqueles que o originaram;

10.e.6. Analisar e se manifestar circunstanciadamente sobre justificativas e documentos apresentados pela Contratada relacionados com a execução do objeto, inclusive por eventual atraso ou descumprimento de obrigação contratual, submetendo suas conclusões à consideração da autoridade superior;

10.e.7. Efetuar a conferência do Documento Fiscal e demais documentos que devem seguir em anexo às Notas Fiscais, encaminhando-os ao Departamento competente para as providências de pagamento, bem como emitir os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, se for o caso.

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

a. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

11.a.1 der causa à inexecução parcial do contrato;

11.a.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.a.3 der causa à inexecução total do contrato;

11.a.4 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.a.5 apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.a.6 praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.a.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.a.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

b. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.b.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.b.1. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.b.2. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.b.3. **Multa**:

c. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

11.c.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.c.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.c.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.c.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

d. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

e. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

11.e.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.e.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.e.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.e.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

11.e.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

f. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

g. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

h. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

i. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

a. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

b. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.b.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

c. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.c.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.





Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

12.c.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.c.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

d. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.d.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.d.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.d.3. Indenizações e multas.

e. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

f. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

a. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão	Função	Subfunção	Programa	Ação	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
Fundo Municipal de Saúde	10	301	44	2.197.000	1600/1621/1635	3.3.90.30.00.00.00
	Saúde	Atenção Básica	Atenção Básica	Manutenção das Atividades de Atenção Básica	Transferências. do SUS – FNS/FES (custeio), Royalties	Material de Consumo

b. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

a. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

a. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

b. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

c. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

d. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

a. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.





Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)**

a. Fica eleito o Foro da Comarca de Vassouras, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Vassouras, xx de xxxxxx de 2026

---

SMS Vassouras/RJ

---

EMPRESA  
Representante Legal

Fiscal do Contrato:  
Matrícula:  
CPF:

Gestor do Contrato:  
Matrícula:  
CPF:

Testemunhas:

Nome e CPF

Nome e CPF



Prefeitura Municipal de Vassouras  
Secretaria Municipal de Saúde

**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

**À Comissão Permanente de Licitação**

**REF. PREGÃO ELETRÔNICO nº 90005/2026, para a FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS MÉDICOS HOSPITALARES**

A empresa \_\_\_\_\_ sediada na Rua (Av., Al., etc.) \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_, estado \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por seu diretor (sócio gerente, proprietário) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, e inscrito(a) no CPF/MF com o nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da Lei:

1) Que até a presente data inexistente fato impeditivo (ou seja, de que não há declaração de inidoneidade nos termos da Lei Federal 14.133/21, em sua redação atual), para sua habilitação no Pregão Eletrônico nº 90005/2026, ora sendo realizado pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Vassouras/RJ, comprometendo-se a comunicar a eventual ocorrência desses fatos durante o processamento deste certame e vigência da avença dele decorrente.

2) Para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 90005/2026, declara que preenche os requisitos de habilitação previstos no item próprio do respectivo edital, ou seja, todas as exigências habilitatórias deste instrumento convocatório, exceto no que diz respeito aos requisitos de regularidade fiscal, caso seja ME/EPP/MEI, os quais deverão ser comprovados no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período - a critério único dessa Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e apresentação de eventuais certidões negativas, ou positivas com efeito de negativas.

3) Caso ME/EPP/MEI, em atendimento ao artigo 13, § 2º, do Decreto Federal 8.538/15, alterado pelo Decreto Federal 10.273/20, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, vez que sua receita bruta anual não excedeu no exercício anterior, o limite fixado no art. 3º da Lei 123/06, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar, não se enquadrando em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas na legislação citada.

4) Caso ME/EPP/MEI, ainda não ter celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (R\$ 4.800.000,00 – quatro milhões e oitocentos mil reais), em sintonia com o Art. 4º da Lei Federal 14.133/21.

5) Para fins do disposto no Art. 63 § 1º da Lei Federal nº 14.133/21, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, na convenção coletiva de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6) Para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos.

7) Para os devidos fins que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e para Aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas. Declaro ainda que em licitações que tenham como objeto a contratação e/ou prestação de serviços terceirizados envolvendo mão de obra cujas atividades demandem formação profissional, que dentre os(as) aprendizes a serem contratados(as), será priorizado(a) adolescente entre 14 e 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §§ 1º e 2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023. \*Esta declaração somente produzirá efeitos para as empresas que possuam no mínimo 100 (cem) empregados, nos termos do artigo 93 da Lei n. 8.213/1991.

8) Não possui em seu quadro societário Servidor Público municipal da ativa.

9) Sr(a) \_\_\_\_\_, cargo \_\_\_\_\_ portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do C.P.F. nº \_\_\_\_\_ representante legal da empresa \_\_\_\_\_, assinará a ata / contrato, ou o recebimento da autorização de fornecimento.

E-mail:

WhatsApp:

10) ME/EPP ou Equiparados: ( ) Sim ( ) Não

Vassouras, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal